

Ampliação do financiamento será um dos principais pontos das discussões do novo Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional

Francisco das Chagas Fernandes, secretário executivo adjunto do Ministério da Educação

Após a realização da Conferência Nacional de Educação (Conae), a expectativa volta-se à elaboração do próximo Plano Nacional de Educação (2011-2020). A ideia é que o plano contemple muitos dos princípios e diretrizes aprovados nos últimos dias em Brasília. A preocupação é que o calendário eleitoral não provoque atraso na análise do novo plano pelo Congresso Nacional.



Na avaliação do secretário executivo adjunto do Ministério da Educação, Francisco das Chagas Fernandes, a Conae cumpriu o seu papel tanto com relação à mobilização de milhares de pessoas e lideranças do setor, quanto com a discussão do Sistema Nacional de Educação, que tratou de quase todos os temas relacionados à educação no País. Segundo ele, o documento final com as diretrizes aprovadas será encaminhado ao MEC, à Câmara Federal e ao Senado. "Acredito que todo esse processo deva acontecer até o final de junho", afirma Chagas.

Os especialistas acreditam que será necessária uma grande mobilização para que o projeto de lei do novo PNE seja aprovado ainda em 2010. Pontos como a ampliação em relação ao PIB e mudanças nas vinculações obrigatórias devem gerar as maiores discussões e polêmicas. "Essa discussão não vai ser fácil, pois exigirá principalmente muita negociação com a área econômica", diz Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. De acordo com ele, a ampliação dos recursos para a educação vai exigir um comprometimento muito grande de todos os envolvidos.

"O financiamento é o ponto mais delicado e envolve uma equação de prioridades. Para nós, a educação tem de ser a número um", defende César Callegari, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Ele pondera que não se deve ter a ilusão de que tudo o que foi aprovado na Conae estará no PNE. "Há alguns pontos que são inexeqüíveis e outros que não são unanimidades entre os diversos setores", afirma.

A presidente da Comissão de Educação do Senado, senadora Fátima Cleide (PT-RO), afirma estar confiante e acredita que o congresso está sensibilizado para a necessidade de investir mais recursos na educação. "Embora estejamos em um ano eleitoral, quando as coisas são sempre mais difíceis, a educação é crucial para o desenvolvimento do País. Não é possível melhorar a qualidade e ampliar substancialmente o investimento sem vincular mais recursos", afirma.

O cenário será o mesmo na Câmara Federal. Segundo o deputado Ângelo Vanhoni (PT-SC), presidente da Comissão de Educação e Cultura, o Congresso Nacional tem a obrigação de aprovar o novo PNE ainda este ano. Segundo ele, o fato das discussões ocorrerem em um ano eleitoral é um ponto favorável à tramitação, pois a educação e a construção do conhecimento são eixos estratégicos para o desenvolvimento do País. "Serão grandes as discussões com a área econômica, mas não há como definir metas se não apontarmos a ampliação dos recursos", frisa o deputado Vanhoni.

A aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) são demonstrações, segundo Chagas, de que é possível aprovar a ampliação do investimento e também da participação da União. "Conseguir mais recursos é sempre difícil, por isso a Conae foi fundamental, assim como será a mobilização da sociedade para que o plano seja aprovado", diz o secretário executivo adjunto do MEC.

Para Mozart Neves Ramos, presidente-executivo do movimento Todos Pela Educação, o próximo plano não pode repetir os erros do atual. "O próximo PNE precisa ter poucas metas, que facilitem o

acompanhamento da sociedade. Por isso é importante atrelar os recursos às respectivas metas. É preciso calcular o investimento necessário para cada uma delas", salienta Mozart.

Outro ponto destacado pelo presidente executivo do Todos Pela Educação é a relevância da elaboração de relatórios anuais para acompanhar a execução do PNE. "Essa medida é importante para que, ao final de dez anos, aquele que estiver à frente do governo não seja o único responsabilizado, pois o plano precisa partir da premissa de políticas de Estado e não apenas de governo", conclui Mozart.

Disponível em:

<http://www.odisseu.com.br/TicEducacao/Newsletter/96_15mar2010/index.html#materia1>

Acesso em: 19/04/2010.